PORTARIA Nº 452/CBMSC/2015, de 15 de dezembro de 2015.

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade ao artigo 108, “caput”, e no artigo 53 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado a Lei Estadual nº 6.217, de 10 de fevereiro de 1983, Lei Estadual nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, Lei Estadual nº 6.215, de 10 de fevereiro de 1983 e Decreto nº 19.236, de 14 de março de 1983, RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar os trâmites necessários para subsidiar a avaliação do conceito moral pela Comissão de Promoção de Oficiais – CPO, fornecendo informações pertinentes ao conceito moral dos oficiais que concorrem às promoções.

Art. 2º A CPO deverá encaminhar à Corregedoria-Geral e à Agência Central de Inteligência (ACI) da corporação a relação nominal de oficiais que serão relacionados para a composição dos Quadros de Acesso por Antiguidade (QAA) e por Merecimento (QAM) de cada data de promoção.

Art. 3º A Corregedoria-Geral e a ACI, de posse da relação descrita no Art. 2º, deverão encaminhar à CPO informações relativas ao oficial que concorre à promoção, mediante expedição de certidão, subsidiando a avaliação do conceito moral pela CPO, nos seguintes tópicos:

a. Corregedoria-Geral - enviar informações sintetizadas de processos administrativos que o oficial está sendo submetido (Conselho de Justificação, Inquérito Policial Militar, Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar), contendo numeração do procedimento e breve motivo da apuração;

b. ACI- enviar informações sintetizadas individualizadas acerca de processos judiciais finalizados e em trâmite em que o oficial figure como réu e punições disciplinares recebidas na carreira de oficial, bem como outras informações disponibilizadas em Sistema de Informações de Segurança Pública (ou outro que o substitua), contendo numeração e breve motivo do procedimento.

Art. 4º A emissão do conceito moral, com sua fundamentação acerca de conceito moral positivo (favorável) ou negativo (desfavorável), à luz dos preceitos de ética bombeiro militar dispostos no art. 29 da Lei nº 6.218/93, será procedida na própria Ata da CPO, sendo apurado por maioria simples mediante manifestação de todos os integrantes da citada Comissão.

Art. 5º As informações descritas no Art. 3º deverão ser encaminhadas pela Corregedoria-Geral e pela ACI à Secretaria da CPO dentro do prazo de 5 dias anteriores à data da respectiva reunião da CPO.

Cel BM - ONIR MOCELLIN
Comandante Geral do CBMSC